

Sumário

Número de notícias: 8 | Número de veículos: 8

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Receita esclarece PIS e Cofins de securitizadoras de crédito 2

O GLOBO - RJ - OPINIÃO
SEGURIDADE SOCIAL

Choque de gestão é essencial para acabar com perda bilionária no INSS (Editorial)
..... 4

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
SEGURIDADE SOCIAL

Contingenciamento deve cair para R\$ 6 bi, projeta BTG 5

A TARDE - SALVADOR - BA - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Restituição de descontos dos aposentados começa quinta 7

DIÁRIO DO PARÁ - BELÉM - PA - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

Mulheres vítimas de violência podem emitir documentos de graça 8

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Ritmo de investimento põe em risco metas de saneamento 9

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Novas tarifas provocam alta nos preços de brinquedos nos EUA 11

VALOR ECONÔMICO - SP - EMPRESAS
ECONOMIA

Perspectiva para o setor de brinquedos piora com tarifas 13

Receita esclarece PIS e Cofins de securitizadoras de crédito

Luiza Calegari De São Paulo

As securitizadoras de crédito que pagam PIS e Cofins pelo regime cumulativo podem deduzir, em meses subsequentes, as despesas que tenham ultrapassado as receitas em um determinado período de apuração. O entendimento é da **Receita Federal** e está na Solução de Consulta nº 99, editada pela Coordenação-Geral de Tributação (Cosit) - o que orienta toda a fiscalização.

Essas empresas atuam na aquisição de direitos creditórios, ou seja, de dívidas a receber de uma determinada empresa, convertendo-as em títulos que podem ser negociados no mercado de capitais. Assim, a empresa antecipa o recebimento desses recursos e os investidores são remunerados pelos juros dessas aplicações. Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRIs), Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRAs) e debêntures são os tipos mais comuns de títulos gerados pelas securitizadoras.

Conforme a Lei nº 9.718, de 2018, a atividade de captação de recursos para esse tipo de atividade pode ser deduzida da base de cálculo do PIS e da Cofins, que é auferida mensalmente. Por vezes, no entanto, o custo de captação é tão alto que pode superar a receita dessas empresas em um determinado mês.

Para as empresas que atuam no regime não cumulativo, a legislação autoriza expressamente a utilização dos créditos de PIS e Cofins em meses subsequentes quando há saldo credor em um determinado período. Por analogia, portanto, a Receita entende que a mesma possibilidade deve ser estendida também às empresas que atuam pelo regime cumulativo - quando o pagamento das contribuições sociais não gera créditos para que o elo subsequente da cadeia abata dos valores devidos sobre suas receitas.

Na prática, a securitizadora levanta recursos no mercado ao emitir títulos e usa esses recursos para comprar os créditos das empresas. Conforme os devedores pagam as dívidas, os investidores também são remunerados e a securitizadora lucra com a diferença entre a remuneração recebida das empresas e aquela paga aos investidores. O problema é que, às vezes, a seguradora precisa pagar os investidores antes de receber a remuneração.

Havia dúvida entre as empresas a respeito do que fazer com o PIS e Cofins nessa situação. A Receita, com essa solução de consulta, definiu que a securitizadora pode "guardar" esse resultado negativo e ir utilizado os referidos valores nos meses subsequentes, quando a base do PIS e da Cofins for positiva, evitando a perda dos saldos negativos, conforme explica Dante Za-notti, sócio tributarista do Lefosse.

Nesse sentido, ele afirma que o entendimento da solução de consulta é positivo, pois preenche uma lacuna que poderia gerar questionamento judicial posteriormente. "Isso dá, para o mercado, a segurança de que, se houver esses descasamentos temporais entre a receita e o gasto, o contribuinte fica protegido", diz.

Para Fernanda Ogata, sócia do escritório ALS Advogados, a interpretação é coerente com os princípios da razoabilidade e da capacidade contributiva, mas também com a realidade da operação dessas empresas no dia a dia. "Apesar de o PIS e a Cofins serem apurados mensalmente, as operações das empresas não possuem duração de um mês. Seguem um fluxo contínuo", explica.

Ela destaca apenas a ressalva feita pela Receita de que as deduções não constituem créditos. Dessa forma, não é possível restituir os **tributos** quitados anteriormente, seja por repetição de indébito, restituição, ressarcimento ou compensação.

"A possibilidade de deduzir a base de cálculo em momento posterior, no entanto, restringe-se ao propósito estabelecido pelo legislador. Dessa forma, por falta de previsão legal, não são gerados créditos tributários a serem compensados com os **tributos** a recolher", diz a solução de consulta.

Segundo os especialistas, não havia controvérsia judicial nem administrativa relevante até a divulgação da solução de consulta pela Receita. O entendimento, assim, evita que uma dúvida comum entre os contribuintes venha a se tornar motivo de contencioso no futuro, apontam.

Por outro lado, ficou em aberto, com a resposta à consulta, qual é a situação do contribuinte quando

acontecer a situação oposta à da hipótese: ou seja, quando a securitizadora tiver recebido o pagamento da empresa, mas só for repassar o valor dos investidores em um mês posterior, destaca Dante Zanotti.

"A solução de consulta dá a entender que não seria possível não recolher o PIS e Cofins no mês da apuração nessa situação, uma vez que deixa claro que o entendimento se aplica a períodos anteriores, mas não menciona os períodos posteriores", afirma o tributarista.

Apesar de esse entendimento não ter aplicação automática para outros setores, ele traz uma sinalização positiva para outras instituições financeiras, como bancos, seguradoras, entidades de **previdência complementar** e de capitalização, dizem os especialistas.

O entendimento também está em linha com outra solução de consulta da Cosit, a de nº 150, de 2019, que permitia a dedução em mês posterior do valor relativo a vendas canceladas e devoluções de vendas para incorporadoras imobiliárias.

"A solução de consulta atual protege a securitizadora e, ao mesmo tempo, manifesta a posição da Receita em um tema que não se restringe as securitizadoras", afirma Dante Zanotti.

Procurada pelo Valor, a **Receita Federal** não deu retorno até o fechamento da edição.

"Interpretação é coerente com a real idade da operação dessas empresas" Fernanda Ogata

Site: <https://valor.globo.com/impreso/20250722/>

Choque de gestão é essencial para acabar com perda bilionária no INSS (Editorial)

Em meio à grave crise fiscal, causa estranheza que o **INSS** pague 1 milhão de benefícios com suspeitas de irregularidade por mês, ocasionando uma perda estimada de quase R\$ 15 bilhões por ano, ou 1,5% dos R\$ 972 bilhões orçados para os gastos da Previdência em 2025, como revelou reportagem do GLOBO.

Isso acontece porque o instituto não consegue analisar a tempo os processos incluídos na fila do Monitoramento Operacional de Benefícios (MOB), formada a partir de suspeitas de irregularidades apontadas por órgãos como Tribunal de Contas da União (TCU), Controladoria-Geral da União (CGU) ou pelo setor de inteligência da Previdência, com base em cruzamento de dados, denúncias e sinais de falta de movimentação do benefício.

Em média, quase 60% desses benefícios são cancelados após análise, devido a problemas como acúmulo indevido, perda de requisito legal e outras irregularidades. Isso significa que, do total de 1 milhão de benefícios que integram essa fila, 578 mil podem ser indevidos, segundo estimativa do consultor Leonardo Rolim, que presidiu o **INSS** durante o governo Bolsonaro. Um pente-fino feito entre 2020 e 2021 proporcionou uma economia de R\$ 9,5 bilhões. Se a fila dos casos suspeitos fosse eliminada, estima Rohm, seria possível poupar R\$ 1,2 bilhão por mês.

O pagamento de benefícios com suspeita de ilegalidade não é o único ralo por onde escorrem os recursos do setor. Em fevereiro deste ano, o TCU deu 180 dias para que o **INSS** adotasse providências para estancar as irregularidades constatadas no Benefício de Prestação Continuada (BPC), destinado a idosos de baixa renda e pessoas com deficiência. A área técnica do órgão identificou que 6,3% dos beneficiários tinham renda per capita maior do que o limite, que é de um quarto do salário mínimo. O impacto dos pagamentos indevidos foi estimado em R\$ 5 bilhões. Foram detectados ainda 6.701 casos de acúmulo com outro benefício, o que não é permitido.

A lentidão do **INSS** não afeta apenas a fila para análise dos processos com suspeita de irregularidade. A de pedidos de aposentadoria somava cerca de 2,7 milhões de requerimentos em abril, última atualização. Essa situação não pune apenas quem busca legitimamente seus direitos, mas também os cofres

públicos. Quanto mais tempo o **INSS** leva para responder aos pedidos, maiores podem ser os gastos, uma vez que os valores retroativos são pagos com juros.

Se não consegue zerar as filas do **INSS**, como prometeu o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o governo deveria pelo menos se esforçar para reduzi-las. É hora de um grande choque de gestão. Pagar benefícios indevidos representa desperdício de dinheiro público que poderia ser canalizado para outras áreas prioritárias. Morosidade e inépcia custam caro ao país.

Notícias Relacionadas:

O GLOBO ONLINE - RJ
Choque de gestão é essencial para acabar com perda bilionária no **INSS**

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Contingenciamento deve cair para R\$ 6 bi, projeta BTG

O contingenciamento de gastos de R\$ 20,7 bilhões anunciado em maio pelo governo federal deve ser cortado para apenas R\$ 6 bilhões na revisão bimestral de receitas e despesas que será anunciada nesta terça-feira, 22, prevê o BTG Pactuai.

"Pode ser totalmente revertido sem premissas excessivamente agressivas. Na prática, porém, o tamanho da redução dependerá do apetite ao risco do governo", diz, em relatório, o economista Fabio Serrano. Sua estimativa não inclui os efeitos ainda incertos, segundo ele, da medida provisória 1.303, que determina a tributação de aplicações financeiras e ativos virtuais.

O bloqueio de gastos, por outro lado, deve aumentar em R\$ 5 bilhões, para R\$ 15,6 bilhões, estima Serrano, citando projeções mais altas para as despesas com Benefício de Prestação Continuada (BPC). Os gastos com BPC

ficaram R\$ 1 bilhão acima da projeção do governo nos últimos dois meses, diz Serrano, e, atualmente, estão R\$4 bilhões abaixo da estimativa do BTG para o ano.

Quando o desempenho das receitas é mais fraco do que o esperado, o governo realiza um congelamento de despesas discricionárias (não obrigatórias), que é o contingenciamento. Já se a estimativa de despesa total excede o montante permitido pela regra fiscal por causa do crescimento excessivo dos gastos obrigatórios, o governo realiza um bloqueio de despesas discricionárias, para abrir espaço para o crescimento dos gastos obrigatórios.

O bloqueio é, portanto, uma mudança na composição dos gastos, um "jogo de soma zero" entre itens obrigatórios e discricionários, conforme explicou Roberto Scemski, economista-chefe para Brasil do Barclays. Já o contingenciamento, tudo o mais constante, resulta em diminuição das despesas totais. No fim,

as duas medidas implicam cortes de despesas não obrigatórias.

De um lado, aponta Serrano, a **inflação** mais baixa e o real mais forte pesarão negativamente sobre a receita. O maior crescimento do **PIB** e os preços do petróleo devem compensar parcialmente

esses impactos negativos.

Segundo Serrano, o aumento da receita entre maio e junho deve adicionar R\$ 10 bilhões à previsão de receita líquida. "A receita superou a projeção do governo em R\$ 15 bilhões nos últimos dois meses-em parte

devido à incerteza temporal em relação a receitas extraordinárias, mas também devido à arrecadação de **impostos** sobre a renda do trabalho e os retornos de ativos financeiros acima do esperado", diz.

A estimativa do governo para a arrecadação com o aumento do IOF deve ser revisada para baixo em R\$9 bilhões, refletindo tanto o novo decreto que reduz as alíquotas inicialmente anunciadas em maio quanto a decisão do Supremo Tribunal Federal contra a tributação de operações de financiamento da cadeia de suprimentos, o chamado risco sacado, diz Serrano.

Outras medidas adicionais, porém, provavelmente apoiarão a receita, aponta o economista, como R\$ 15 bilhões da concessão prevista para campos de petróleo.

Do lado das despesas, após ter sido revisada para cima no último relatório, a projeção do governo para gastos com benefícios previdenciários agora es-

tá R\$ 3 bilhões acima da estimativa do BTG Pactuai.

Os gastos efetivos, no entanto, superaram a projeção do governo em R\$ 5 bilhões nos últimos dois meses.

As despesas totais ainda devem aumentarem R\$ 3,3 bilhões devido a um crédito extraordinário para ressarcir aposentados afetados pela fraude do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**).

A melhora recente nas perspectivas para a arrecadação federal fez o BTG Pactuai passar a projetar o cumprimento da meta de resultado primário em 2026 como o cenário mais provável.

A projeção de déficit para o ano que vem foi cortada praticamente pela metade, de R\$ 100 bilhões para R\$ 55 bilhões (ou 0,4% do **PIB**), o que equivaleria a um déficit zero após a exclusão de precatórios não pagos

e não incluídos na meta, aponta o relatório. A meta para 2026 é de um superávit de 0,5% do **PIB**, mas há tolerância para um resultado até zerado.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/188271>

Restituição de descontos dos aposentados começa quinta

FERNANDO VALVERDE

Os aposentados e pensionistas do **INSS** que tiveram valores debitados indevidamente das contas no episódio que ficou conhecido como "Farra do **INSS**", poderão receber o ressarcimento monetário a partir de quinta-feira.

A Medida Provisória, que foi assinada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), foi publicada no Diário Oficial da União e abre um crédito extraordinário de R\$ 3,31 bilhões para agilizar os pagamentos dos recursos sacados de forma irregular por entidades associativas entre março de 2020 e março de 2025.

Para receber, não é preciso ação judicial. Basta que o beneficiário faça a adesão ao acordo firmado pelo Governo Federal e homologado pelo Supremo Tribunal Federal. O prazo para adesão vai até 14 de novembro, com possibilidade de extensão se for necessário.

A adesão pode ser feita de forma gratuita e sem envio de documentos extras, tanto pelo aplicativo Meu **INSS** quanto em agências dos Correios em todo o país.

De acordo com dados do governo federal, mais de 714 mil aposentados e pensionistas já tinham aderido ao acordo até o domingo. O número representa 36% do total de beneficiários aptos a assinar a adesão, cerca de 1,9 milhão de pessoas.

"O governo firmou um acordo histórico para acelerar a devolução dos descontos ilegais em benefícios. Caso você ainda não tenha contestado os descontos indevidos, pode fazer até 14 de novembro", ressaltou o presidente Lula em postagem nas redes sociais.

De acordo com o ministro Wolney Queiroz (**Previdência Social**), o pagamento será automático e cairá na mesma conta onde o beneficiário recebe. Ainda de acordo com Queiroz, o governo federal está adiantando o dinheiro aos beneficiários, mas que seguem as apurações para responsabilizar os culpados pelos descontos.

"O governo está adiantando esse dinheiro, mas não vai abrir mão de nenhum centavo nas ações de regresso em busca de ressarcimento do Tesouro Nacional".

O primeiro pagamento será em 24 de julho, com lotes diários até que todos os casos sejam concluídos. O valor devido será pago em parcela única. O pagamento segue ordem cronológica. Aqueles que aderirem antes ao acordo recebem primeiro.

Fraude no **INSS**

Em abril deste ano, uma operação realizada pela Polícia Federal (PF) e pela Contro-ladoria-Geral da União (CGU) revelou que sindicatos e entidades associativas teriam cobrado indevidamente de aposentados e pensionistas cerca de R\$ 6 bilhões entre 2019 e 2024.

Site: <http://edicaodigital.atarde.com.br/index.xhtml>

Mulheres vítimas de violência podem emitir documentos de graça

Carol Menezes

Agora é lei: mulheres vítimas de violência patrimonial estão isentas da cobrança de taxas de serviços para pedido de 2ª via de documentos. Aprovada em junho pela Assembleia Legislativa do Estado do Pará (Alepa), a matéria foi sancionada pelo go-

vernador Helder Barbalho (MDB) e foi publicada no Diário Oficial (DOE) desta segunda-feira, 21.

De acordo com o projeto, uma iniciativa do deputado estadual Wesley To-maz (Avante), as vítimas passam a ter prioridade imediata no atendimento para emissão de novos documentos, cuja competência seja de órgão do poder público, cartórios, institui-

ção ou conselho de classe e união estudantil independentemente de senhas ou marcações prévias.

Considera-se violência patrimonial qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destina-

dos a satisfazer suas necessidades, nos termos da Lei Federal nº 11.340, de 7 de agosto de 2006.

A prioridade assegurada se aplica à emissão de todos os documentos oficiais: Carteiras de Identidade (RG), Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), Carteira de Trabalho e **Previdência Social** (CTPS), Carteira de Estudante, Carteira Nacional de Habilitação

(CNH), Carteira de Identificação Profissional, Certidões e Escrituras Públicas, entre outros.

Para solicitar a gratuidade, é necessário apresentar ou termo ou declaração de encaminhamento expedido por unidade de apoio jurídico e psicossocial para vítimas de violência doméstica e familiar, que ateste a necessidade de emissão do novo do-

cumento em virtude da violência doméstica; ou cópia do Boletim de Ocorrência emitido pelo órgão policial competente, em que conste ser o documento extraviado ou destruído em virtude da prática de violência doméstica contra mulher e seus dependentes; ou termo de medida protetiva de

urgência expedido pelo juiz da comarca competente.

Site:

<https://dol.com.br/digital/Page?editionId=3194#book/>

Ritmo de investimento põe em risco metas de saneamento

Os investimentos em saneamento básico vêm crescendo depois que o marco legal editado em 2020 abriu espaço para a atuação do capital privado na área. Mas o ritmo ainda deixa a desejar e coloca em risco a esperada universalização dos serviços em 2033.

Em pleno início da pandemia, em julho de 2020, o governo Bolsonaro aprovou o Marco Legal do Saneamento com o objetivo de, em 2033, conseguir que 99% da população tenha acesso a água potável, e 90% à coleta e tratamento de esgoto. Diante da falta de recursos públicos para isso, foi estimulada a atuação do capital privado na área por meio de concessões e parcerias. Por outro lado, foram abolidos os contratos firmados anteriormente sem licitação entre municípios e empresas estaduais de saneamento.

Algumas regras foram flexibilizadas no terceiro mandato de Lula, beneficiando as empresas públicas, mas a estratégia vem surtindo efeito. Se o setor privado administrava o saneamento em 7% dos municípios brasileiros em 2020, neste ano o percentual deve atingir 39,4% se todos os leilões previstos forem bem-sucedidos, por meio de concessões e parcerias público-privadas (PPPs).

Dois grandes leilões já foram realizados: o de três blocos no Pará e o de duas parcerias no Espírito Santo. Mais três licitações relevantes devem ocorrer até o fim de dezembro, segundo dados da Associação Brasileira das Concessionárias Privadas de Água e Esgoto (Abcon). Uma delas, marcada para o próximo mês, é a do Bloco C do Pará, em sua segunda tentativa de atrair interessado, que prevê R\$ 3,6 bilhões em obras. Serão leiloados em Pernambuco outros dois lotes, que somam R\$ 18,9 bilhões de investimentos.

Há projetos relevantes agendados também para o próximo ano, que podem movimentar quase R\$ 45 bilhões. A maior fatia é a do governo paulista que, em quatro PPPs previstas, pode mobilizar R\$ 30 bilhões para obras. Há ainda uma concessão em Rondônia, de R\$ 4,4 bilhões, a de Goiás, com R\$ 5,5 bilhões; e a do Rio Grande do Norte, com mais R\$ 4,6 bilhões.

Se essa programação para 2026 se concretizar, a participação privada no saneamento poderá chegar a

49,7% dos municípios brasileiros, ou seja, quase a metade, o equivalente a 2.766 cidades. A entrada do capital privado no saneamento começou a acelerar em 2023, quando passou de 9,2% para 15,7% dos municípios, saltando para 29,6% em 2024, com previsão de aumento de mais 10

pontos percentuais neste ano e no próximo, ao ritmo de quase 600 municípios por ano.

Apesar disso, o ritmo de investimento é insuficiente para atingir a universalização no prazo estabelecido como meta. A 17 edição do Ranking do Saneamento, elaborado pelo Instituto Trata Brasil (ITB) em parceria com a consultoria GO Associados, constatou que apenas 12 municípios dentre os mais populosos investem acima da média considerada necessária para cumprir o prazo. Essa média foi fixada em R\$ 223,82 por habitante pelo Plano Nacional de Saneamento Básico (Plansab).

De acordo com o ranking, os 20 municípios com melhores indicadores registraram investimento médio anual de R\$ 176,39 por habitante entre 2019 e 2023, cerca de 20% abaixo do necessário para a universalização apontado pelo Plansab. Mas os 20 municípios com piores indicadores registraram investimento anual médio de R\$ 78,40 por habitante, 65% abaixo do nível médio necessário para a universalização.

Na média nacional, 83,1% da população tem acesso a água e 55,2% a coleta de esgoto. Diante desses dados e do atual ritmo de investimentos, há especialistas céticos sobre o cumprimento da meta. Uma das piores estimativas é a do Centro de Liderança Pública (CLP), que calcula que o Brasil deve atingir a universalização somente em 2070.

Vários fatores indicam que a previsão pessimista pode ter algum fundamento. Um dos obstáculos para a expansão do saneamento é a alta dos juros que encarece o custo do dinheiro para os investimentos. Com a taxa Selic a 15% ao ano a situação já não estava favorável e pode piorar se for confirmada a tributação das debêntures incentivadas, que têm sido importante instrumento de financiamento da infraestrutura.

Outras mudanças legislativas preocupam o setor e

podem causar uma onda de revisão de contratos com peclidos de reequilíbrio. Uma delas é a lei de tarifa social que ampliou o direito às isenções. A outra é a **reforma tributária**, que elevou a tributação sobre os serviços de abastecimento de água e esgoto. Por outro lado, os empreendimentos de saneamento foram incluídos no Marco do Licenciamento Ambiental e serão dispensados de licenciamento até o atingimento das metas de universalização. A partir de então, poderão obter a Licença por Adesão e Compromisso (LAC), mecanismo que simplifica e agiliza a emissão de licenças.

Como o prazo de cumprimento da meta de universalização dos serviços de saneamento é uma incógnita, a vantagem na legislação ambiental pode ser duradoura. Mas a perda para a população é certa se a meta não for atingida.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/188271>

Novas tarifas provocam alta nos preços de brinquedos nos EUA

O preço de brinquedos, jogos e equipamentos de playground atingiu uma alta recorde de 2,2% entre abril e maio, superando a taxa de **inflação** de 0,1% para todos os itens naquele mês, segundo o Bureau of Labor Statistics. O aumento é resultado de novas tarifas em um setor em que três de cada quatro itens vêm da China - um exemplo da rapidez com que as novas políticas comerciais estão elevando os preços para os consumidores dos Estados Unidos.

Analistas afirmam que o setor de brinquedos - que depende de um fluxo constante de importações com preços relativamente baixos - dá pistas sobre como os custos mais altos poderão repercutir na economia.

Mais de 75% dos brinquedos vendidos nos EUA vêm da China, segundo o Census Bureau. E as tarifas sobre as importações chinesas chegaram a 145% neste ano, embora estejam atualmente em 30%, graças ao adiamento de 90 dias, que se encerra no início de agosto.

Em Keene, New Hampshire, a marca Douglas, de animais de pelúcia, aumentou os preços em 5% para compensar as tarifas. A empresa recebe até 30 contêineres por mês de brinquedos de Indonésia, Vietnã e China, cada um com cerca de US\$ 100 mil em mercadorias. E, neste ano, tiveram de pagar tarifas ao governo dos EUA que variam de US\$ 10 mil a US\$ 145 mil por contêiner, disse o CEO da companhia, Scott Clarke.

Ele teve de repassar esses cus-

tos às pequenas empresas para as quais vende - e a maioria delas precisou aumentar os preços também. "É uma situação difícil: absorvemos parte das tarifas, mas não há muito o que fazer. É um imposto sobre as empresas americanas, e é o consumidor que está pagando."

Trump sugeriu que as tarifas poderiam levar a um aumento nos preços dos brinquedos, mas ignorou os efeitos sobre as famílias e as empresas. "Talvez as crianças tenham duas bonecas em vez de 30, sabe? E talvez as duas bonecas custem alguns dólares a mais", disse Trump aos repórteres na Casa Branca em abril. "Estou apenas dizendo que elas não precisam ter 30 bonecas", disse ele mais tarde.

Essa suposição alterou os planos de férias dos varejistas, que, cautelosos, estão aderindo a clássicos como jogos de tabuleiro, bonecas e jogos e materiais de artesanato de preço mais baixo, em vez de grandes casas de bonecas e conjuntos de blocos. "As pessoas já estão migrando para itens mais baratos - gastando US\$ 30 em um brinquedo de pelúcia em vez de US\$ 75, por exemplo - e isso vai continuar", disse Amy Rutherford, proprietária da Pippin Toy em Alexandria, Virgínia.

Até mesmo as maiores companhias alertaram sobre as consequências das tarifas. No mês passado, a Mattel - fabricante da Barbie e do Hot Wheels - descartou suas previsões financeiras para o ano, dizendo que a volatilidade e as mudanças nas políticas comerciais tornavam "difícil prever os gastos dos consumidores".

CHINA. O setor de brinquedos construiu uma fortaleza na China ao longo das décadas, contando com as fábricas do país para fabricar produtos de baixo preço em pouco tempo.

Os brinquedos vendidos nos EUA também são obrigados a passar por testes em laboratórios de segurança terceirizados, sediados principalmente na China, o que torna o país um balcão único para o setor.

Como resultado, quase todos os brinquedos das lojas Merci Milo, de Caroline Rodrigues, em Los Angeles e Portland, têm alguma ligação com a China.

Ela compra principalmente de empresas europeias, japonesas e coreanas, mas diz que quase todas dependem de peças ou fabricação chinesas até certo ponto. "Mesmo quando penso que estou comprando de uma empresa europeia, as remessas chegam da China", disse.

Caroline já aumentou os pre-

ços em até 30% para acompanhar as tarifas e está fechando sua loja em Portland, onde tem dois funcionários, para economizar. As rápidas mudanças nas políticas comerciais e os altos custos de importação tornaram praticamente impossível planejar o futuro.

"Em todo pacote que recebo

agora, pago uma tarifa. Às vezes são US\$ 50, às vezes são US\$ 1.000 ou US\$ 2.500", disse ela. Faço um pedido e penso: "Ok, quanto vou ter de pagar desta vez? É uma incógnita".

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Perspectiva para o setor de brinquedos piora com tarifas

Dow Jones, de Nova York

Consumo

As perspectivas para o restante do ano não são animadoras para os fabricantes de brinquedos. Às vésperas da divulgação dos resultados do segundo trimestre, analistas e especialistas dizem que o setor continua enfrentando um ambiente desafiador, marcado por demissões em alta, tarifas elevadas e varejistas cautelosos - fatores que ameaçam a lucratividade e aumentam os riscos.

Cerca de 60% das fabricantes de brinquedos realizaram demissões nos últimos dois meses, segundo Greg Ahearn, diretor-presidente da Toy Association, uma entidade comercial do setor. "É possível ver a gravidade da situação" afetando a indústria, disse ele.

Os cortes vão desde gigantes como a Hasbro, que no mês passado demitiu 3% de sua força de trabalho global numa tentativa de reduzir custos, até empresas menores como a Lovevery. Esta última, que vende kits de brinquedos e programas educacionais por assinatura, reduziu sua equipe em 20% em maio, apenas alguns meses após registrar seu primeiro lucro trimestral.

"Hasbro está demitindo 3% dos funcionários, empresas médias estão cortando 20% e pequenos empreendedores indicam que estão em risco de fechar as portas", afirmou Ahearn.

As tarifas elevadas sobre produtos da China - e também sobre polos de manufatura do Sudeste Asiático, como Malásia, Indonésia e Vietnã - vêm reduzindo as margens de lucro, levando algumas empresas a cancelar pedidos para a temporada de fim de ano, acrescentou. "Essas tarifas não são números com os quais nossa indústria consiga operar".

A taxa de **inflação** para brinquedos, jogos e equipamentos recreativos subiu 2,2% entre abril e maio, o maior aumento mensal em quatro anos, de acordo com dados da Toy Association. Os fabricantes correram para importar estoques antes da nova rodada de aumentos tarifários, mas os produtos que chegarão ao longo do verão refletirão custos mais altos e trarão novos desafios de precificação e

lucratividade, disse Ahearn.

Os varejistas estão reagindo ao ambiente incerto com cautela: adiando decisões de compra, evitando lançamentos de novos produtos com maior risco e priorizando nas prateleiras marcas consagradas em vez de experimentações com novidades. "Eles estão num padrão de 'esperar para ver', e isso é extremamente paralisante para o nosso setor," afirmou Ahearn.

Esse aperto duplo - custos crescentes e demanda cautelosa - está criando uma divisão nítida dentro do setor de brinquedos, segundo analistas. Empresas maiores como Hasbro e Mattel se beneficiam de cadeias de suprimentos diversificadas, maior poder de precificação e balanços financeiros mais sólidos, o que as posiciona melhor para enfrentar a turbulência.

"Essas empresas têm escala e fidelidade de marca para navegar sob a pressão das tarifas e o conservadorismo dos varejistas", disseram analistas da UBS. "Mas os pequenos fabricantes estão enfrentando riscos existenciais, com custos em alta e pedidos em queda".

A Toy Association está fazendo "lobby" junto ao governo Trump por alívio tarifário, destacando a importância do tema às vésperas da crítica temporada de vendas de fim de ano. Ahearn disse que as conversas com autoridades têm sido produtivas, mas alertou que o tempo está se esgotando para que mudanças significativas sejam implementadas antes do início dos principais embarques.

Hasbro e Mattel devem divulgar seus resultados do segundo trimestre na quarta-feira (23), e Wall Street espera que ambas registrem queda no lucro e nas vendas em relação ao mesmo período do ano passado. As duas empresas se recusaram a comentar.

"Hasbro está demitindo 3% do quadro, empresas médias estão cortando 20%" Greg Ahearn

Site: <https://valor.globo.com/impresso/20250722/>